



Ministério da Educação

Nota Técnica Conjunta nº 47/2024/DDR/SETEC/SETEC

PROCESSO Nº 23000.011668/2024-63

INTERESSADO: REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - FEDERAL EPCT

ASSUNTO: Expansão da Rede Federal EPCT - Novo PAC.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. Trata-se de orientações e diretrizes da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal EPCT (DDR) sobre a implantação das novas unidades de ensino dos Institutos Federais anunciadas pelo Governo Federal.

2. ANÁLISE

2.1. Mediante o [Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023](#), foi instituído o Programa de Aceleração do Crescimento - [Novo PAC](#), um programa de investimentos coordenado pelo governo federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. O programa está organizado em [Medidas Institucionais](#) e nove Eixos de Investimento.

2.2. Dentre os Eixos de Investimento acima mencionados está o da [Educação, Ciência e Tecnologia](#), com o subeixo [Educação Profissional e Tecnológica](#), em que há previsão de implantação de novos *campi* nos Institutos Federais em todo o país e ações voltadas à consolidação das instituições de ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT), visando garantir a permanência dos estudantes e a expansão da Rede Federal de Educação EPCT, priorizando locais sem cobertura de educação pública, e criando condições para que a oferta do ensino técnico de nível médio, de forma integrada, seja um facilitador no desenvolvimento social, fortalecendo arranjos sociais e cadeias de produção local.

2.3. No que diz respeito a investimento, tem-se que dos R\$ 3,9 bilhões a serem investidos em obras por meio do Novo PAC, R\$ 2,5 bilhões serão destinados para a implantação dos novos *campi* dos Institutos Federais e R\$ 1,4 bilhão serão destinados para a consolidação das unidades de ensino já existentes no âmbito dos Institutos Federais, com a construção de refeitórios estudantis, ginásios, bibliotecas, salas de aula, aquisição de equipamentos e mobiliário etc.

2.4. Nesse sentido, no dia 12 de março 2024, foi anunciado pelo Presidente da República a criação de [100 novos campi vinculados aos Institutos Federais](#), com publicização da lista dos municípios que, no momento, serão contemplados com nova unidade de ensino, conforme indicado na **Tabela 1**.

Tabela 1. Lista dos 100 novos *campi* dos Institutos Federais - Novo PAC.

REGIÃO	UF	NOVOS CAMPI	MUNICÍPIOS
Centro-Oeste	Distrito Federal	2	Sol Nascente e Sobradinho
	Goiás	3	Cavalcante, Porangatu e Quirinópolis
	Mato Grosso	3	Água Boa, Colniza e Canarana
	Mato Grosso do Sul	2	Paranaíba e Amambaí
Total Centro-Oeste		10	-
	Alagoas	3	Girau do Ponciano, Mata Grande e Maceió
	Bahia	8	Santo Estevão, Ribeira do Pombal, Itabuna, Macaúbas, Poções, Salvador, Ruy Barbosa e Remanso
	Ceará	6	Fortaleza (2), Cascavel, Mauriti, Campos Sales e Lavras de Mangabeira

Nordeste	Maranhão	4	Chapadinha, Colinas, Balsas e Amarante do Maranhão
	Paraíba	3	Mamanguape, Sapé e Queimadas
	Pernambuco	6	Goiana, Santa Cruz do Capibaribe, Recife, Araripina, Águas Belas e Bezerros
	Piauí	3	Barras, Esperantina e Altos
	Rio Grande do Norte	3	Touros, São Miguel e Umarizal
	Sergipe	2	Japaratuba e Aracaju
Total Nordeste		38	-
Norte	Acre	1	Feijó
	Amapá	1	Tartarugalzinho
	Amazonas	2	Santo Antônio do Içá e Manicoré
	Pará	5	Barcarena, Redenção, Tailândia, Alenquer e Viseu
	Rondônia	1	Buritis
	Roraima	1	Rorainópolis
	Tocantins	1	Tocantinópolis
Total Norte		12	-
Sudeste	Espírito Santo	1	Muniz Freire
	Minas Gerais	8	João Monlevade, Itajubá, Sete Lagoas, Caratinga, São João Nepomuceno, Belo Horizonte, Minas Novas e Bom Despacho
	Rio de Janeiro	6	Rio de Janeiro (Cidade de Deus e Complexo do Alemão), Magé, Belford Roxo, Teresópolis e São Gonçalo
	São Paulo	12	São Paulo (Jardim Ângela e Cidade Tiradentes), Osasco, Santos, Diadema, Ribeirão Preto, Sumaré, Franco da Rocha, Cotia, Carapicuíba, São Vicente e Mauá
Total Sudeste		27	-
Sul	Paraná	5	Maringá, Araucária, Cianorte, Cambé e Toledo
	Rio Grande do Sul	5	Caçapava do Sul, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo, Porto Alegre e Gramado
	Santa Catarina	3	Tijucas, Campos Novos e Mafra
Total Sul		13	-
TOTAL GERAL		100	-

Fonte: Site Planalto (identificação dos municípios)

2.5. Os novos *campi* de Instituto Federal anunciados visam atender regiões que ainda não possuem unidades ou que registrem número baixo de matrículas em cursos técnicos de nível médio em relação à população da região

2.6. Considerando que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica é a unidade do Ministério da Educação (MEC) responsável, dentre outras, por formular, desenvolver e implementar estratégias de organização, otimização, fortalecimento e acompanhamento da gestão administrativa e da infraestrutura educacional das instituições da Rede Federal EPCT, conforme [Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023](#), que aprova a estrutura regimental do Ministério da Educação e dá outras providências, esta Diretoria, no âmbito de suas competências e após o anúncio de criação das novas unidades de ensino dos Institutos Federais, trabalhou na elaboração de orientações e diretrizes para a implantação dos novos *campi*, que se dará de forma gradativa.

2.7. Assim sendo, visando conduzir de forma ordenada o processo de expansão da Rede Federal EPCT, via Novo PAC, foram elaborados os seguintes documentos, para posterior envio aos Institutos Federais:

a) **Plano de Implantação de Novo Campus** (SEI 4759791): deverá ser preenchido pela instituição de ensino e assinado pelo dirigente máximo do Instituto Federal, com informações detalhadas sobre a implantação da nova unidade de ensino (caracterização regional, contrapartida do município, caracterização do imóvel, projeto pedagógico, custo de implantação, pessoal e estrutura administrativa);

b) **Carta de Compromisso da Prefeitura Municipal** (SEI 4759795): deverá ser

preenchido e assinado pelo Prefeito Municipal ou Governador do Distrito Federal (para as localidades selecionadas no Distrito Federal), com informações detalhadas da proposta de contrapartida da Prefeitura Municipal (dados cadastrais, contrapartidas - obrigatórias e complementares, caracterização regional e informações complementares). Em anexo à citada Carta de Compromisso seguem as Diretrizes para apresentação da Carta de Compromisso (SEI 4759804), com orientações sobre o devido preenchimento; e

c) **Formulário de Solicitação de Autorização de Funcionamento** (SEI 4759833): deverá ser preenchido pela instituição de ensino e assinado pelo dirigente máximo do Instituto Federal quando o novo campus estiver em condições de ser autorizado a funcionar, com informações detalhadas, dentre outras, sobre a situação de funcionamento da unidade, processo seletivo de estudantes, cursos previstos, situação e composição da infraestrutura e memória fotográfica. Após o envio da solicitação de autorização de funcionamento, esta Diretoria fará verificação *in loco* das condições de funcionamento de cada nova unidade de ensino.

2.8. Para a escolha do terreno ou da edificação para implantação do novo campus, o Instituto Federal deverá observar e avaliar se o imóvel cumpre os requisitos abaixo indicados (obrigatórios e desejáveis).

Requisitos Obrigatórios:

1. Imóvel sem benfeitorias (terra nua) com área mínima de 5 hectares;

1.1 Área para a construção do campus não ser Área de Preservação Permanente (APP);

2. Edificação destinada à implantação de unidades de ensino com área mínima construída de 4.000 m² que comporte ambientes administrativos e pedagógicos em quantidade e área condizente a uma unidade de ensino;

3. O imóvel ou edificação indicado deverá apresentar:

3.1 Certidão dominial com registro em cartório em nome do Instituto Federal responsável pelo campus a ser implantado. A instituição deverá estar atenta ao período de defeso eleitoral, tendo em vista as eleições municipais previstas para o exercício de 2024;

3.2 Imóvel com edificação deverá apresentar os alvarás de funcionamento (Municipal e do Corpo de Bombeiros);

3.3 Condições adequadas de interligação às redes públicas de abastecimento de água;

3.4 Condições adequadas de interligação às redes públicas de esgoto;

3.5 Condições adequadas de interligação às redes públicas de energia elétrica;

3.6 Condições adequadas de interligação às redes públicas de comunicação (telefonia e/ou internet);

3.7 Condições adequadas para interligação às redes públicas de sistema de drenagem de águas pluviais;

3.8 Condições favoráveis de acesso pelos alunos e servidores, nas vias de tráfego que derem acesso ao imóvel indicado;

3.9 Condições favoráveis de acesso pelos alunos e servidores, mediante existência de linhas regulares de transporte urbano ou serviço de transporte escolar;

3.10 Execução de serviços de regularização topográfica do imóvel indicado na contrapartida obrigatória, compreendendo as ações de terraplenagem, aterramento e compactação de solo; e

3.11 Comprovação da inexistência de óbices de natureza ambiental, jurídica, histórica e dominial que possam inviabilizar ou retardar a sua utilização para os fins em questão.

Requisitos Desejáveis:

1. Segurança Pública disponível e acessível nas imediações da unidade;
2. Área do terreno recomendada, a partir de 10 hectares;
3. Imóvel com edificação possui projetos (arquitetônico, elétrico, hidrossanitário e estrutural);
4. Condições favoráveis de acesso pelos alunos e servidores, preferencialmente pavimentado, nas vias de tráfego que derem acesso ao imóvel indicado;
5. Em caso de edificação, é desejável que o imóvel possua:
 - 5.1 Projetos arquitetônico, elétrico, hidrossanitário e estrutural;
 - 5.2 Sala de Direção;
 - 5.3 Salas de Coordenação;
 - 5.4 Sala de Professores;
 - 5.5 Salas de Aulas;
 - 5.6 Laboratórios;
 - 5.7 Sanitários;
 - 5.8 Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência;
 - 5.9 Setor de Atendimento / Secretaria;
 - 5.10 Biblioteca;
 - 5.11 Auditório(s), recomendável com 200 lugares;
 - 5.12 Sala de Áudio / Salas de Apoio;
 - 5.13 Sala de Leitura/Estudos;
 - 5.14 Ginásio ou quadra poliesportiva;
 - 5.15 Refeitório;
6. Fornecimento de alimentação para os estudantes;
7. Fornecimento à unidade de ensino implantada de serviços técnicos de manutenção, conservação/limpeza e/ou segurança;
8. Doação de equipamentos e mobiliários para atividades didático-pedagógicas;
9. Doação de equipamentos para constituição de laboratórios de ciências (biologia, física, química e matemática);
10. Doação de computadores, Projetores Multimídias, Televisores, câmeras (equipamentos eletrônicos para uso administrativo e/ou pedagógico);
11. Doação de veículos de passeio ou de transporte coletivo;
12. Doação de acervo bibliográfico; e
13. Prestação de serviços de transporte escolar aos alunos regularmente matriculados na unidade de ensino implantada.

2.9. Caso o imóvel selecionado esteja localizado em áreas que não possuem um ou outro tipo de infraestrutura indicadas no item 2.8 desta Nota Técnica, o Instituto Federal deverá avaliar a viabilidade de instalação de uma solução adequada, observando não somente a viabilidade técnica mas também o custo-benefício do(s) sistema(s). A título de exemplo, como é o caso de poços artesianos e

sistema de fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro.

2.10. Alerta-se ainda que, edificações com tombamento poderão acarretar em custos adicionais não previstos e contabilizados nos valores de investimento destinados ao Novo PAC (expansão e consolidação Rede Federal EPCT).

2.11. Com vistas a elaboração do cronograma de implantação dos 100 novos *campi* e o desenvolvimento de ações de monitoramento, o **Plano de Implantação de Novo Campus** (SEI 4759791), acompanhado da **Carta de Compromisso da Prefeitura Municipal** (SEI nº 4759795), devidamente preenchidos e assinados, **deverá ser encaminhado a esta Setec via Ofício** assinado pelo dirigente máximo do Instituto Federal, **no prazo de em até 60 (sessenta) dias**.

2.12. Por fim, registre-se que eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas e dirimidas pelo endereço eletrônico: cgpg@mec.gov.br.

3. CONCLUSÃO

3.1. Considerando o anúncio da criação de 100 novos *campi* dos Institutos Federais, contemplados no Novo PAC;

3.2. Considerando a competência desta Setec em formular, desenvolver e implementar estratégias de organização, otimização, fortalecimento e acompanhamento da gestão administrativa e da infraestrutura educacional das instituições da Rede Federal EPCT;

3.3. Considerando a necessidade de elaboração de orientações e diretrizes para a implantação dos novos *campi* dos Institutos Federais e conduzir de forma ordenada o processo de expansão da Rede Federal EPCT, via Novo PAC, foram elaborados os documentos citados no item 2.7 desta Nota Técnica Conjunta, a serem encaminhados aos Institutos Federais.

3.4. Com essas informações, encaminha-se a presente Nota Técnica Conjunta ao Gabinete da Setec, para conhecimento e apreciação e, se de acordo, envio de ofício circular aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos termos da minuta SEI 4760962.

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS

4.1. Plano Implantação Novo Campus (SEI 4759791).

4.2. Carta Compromisso Prefeitura Municipal (SEI 4759795).

4.3. Documento Diretrizes Apresentação Carta Compromisso (SEI 4759804).

4.4. Formulário Solicitação Autorização Funcionamento (SEI 4759833).

À consideração superior.

SÉRGIO GAUDÊNCIO PORTELA DE MELO
Assessor Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação - NEPI

EDSON SILVA DA FONSECA
Assessor Técnico

CARLOS ROBERTO CAVALCANTE
Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal de EPCT

SILVILENE SOUZA DA SILVA
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede Federal

DESPACHO

De acordo, encaminhe-se na forma proposta.

MARCELO BREGAGNOLI
Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de EPCT



Documento assinado eletronicamente por **Silvilene Souza da Silva, Coordenador(a)-Geral**, em 26/03/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Silva da Fonseca, Assessor(a) Técnico(a)**, em 26/03/2024, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Gaudêncio Portela de Melo, Servidor(a)**, em 26/03/2024, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Roberto Cavalcante, Coordenador(a)-Geral**, em 26/03/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Bregagnoli, Diretor(a)**, em 26/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4759581** e o código CRC **6067DE2E**.